



NOTAS FILOSÓFICAS SOBRE “TOMADA DE DECISÃO”

PHILOSOPHICAL NOTES ON “DECISION-MAKING”

João Cardoso de Castro¹

Murilo Cardoso de Castro²

RESUMO

Este ensaio procura reunir um conjunto de notas sobre a questão da “tomada de decisão”, tendo como eixo uma reflexão sobre a interpretação do “ser” do homem que vigora na Modernidade. O que aqui se reuniu aponta para o fato de que, no interior desta interpretação hegemônica, apela-se para a figura de um “sujeito-agente”, racional e autônomo, capaz de se auto legislar, pois, se imagina fonte racional de “princípios” capazes de orientar e ordenar sua conduta. Tendo Martin Heidegger como antolhos neste empreendimento, foi possível compreender que a partir da emergência definitiva do “sujeito”, no Renascimento, todas as ações são agora suscetíveis de um elogio ou censura pois são fruto de um “eu”, capaz de pensar e decidir ora através da “razão” ora como resposta às inclinações que somos submetidos enquanto *animalitas*. Perscrutando o conjunto de referências e notas que aqui foram levantadas, pudemos constatar a enorme pobreza na ordinária interpretação do “agir” como *re-produção* seja da exaltação do livre poder da vontade de fazer acontecer, seja da “fraqueza” com que cedemos ao apelo das paixões. Entendemos que esta representação do “ser” do homem, nos impede de pensar em sua verdadeira amplitude a noção de “decisão” no interior da experiência humana.

Palavras-chave: Tomada de decisão. Homem. Heidegger. Bioética.

ABSTRACT

This essay seeks to gather a set of notes on the issue of “decision making”, based on a reflection on the interpretation of the “being” of the man who is in force in Modernity. What has been gathered here points to the fact that, within this hegemonic interpretation, there is an appeal to the figure of a rational and autonomous “subject-agent”, capable of self-legislating because it imagines a rational source of “principles” that enables to guide and order their conduct. With Martin Heidegger as blinders in this enterprise, it was possible to understand that from the definitive emergence of the “subject” in the Renaissance all actions are now susceptible to praise or reproach for the fact that they are the fruit of an “I” capable of thinking and deciding sometimes through “reason” or as a response to the inclinations we are all subjected as *animalitas*. Looking at the set of references and notes that have been raised here, we could see the enormous poverty in the ordinary interpretation of “acting” as a *re-production* of the exaltation of the free power of the will to make happen, or of the “weakness” with which we give in to the appeal of the passions. We understand that this representation of man's “being” prevents us from thinking in its true breadth the notion of “decision” within the human experience.

Keywords: Decision-making. Man. Heidegger. Bioethics.

¹ Professor Dr. de Filosofia e Bioética em cursos de graduação em coordenador de extensão do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO). E-mail: joaocardosodecastro@gmail.com.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1257510192509685>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3811-405X>.

² Pesquisador em Geoprocessamento e SIG e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: murilocdecastro@gmail.com.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9685105523403883>.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8809-5443>.



INTRODUÇÃO

A questão da “tomada de decisão” é assunto recorrente no interior do campo de conhecimentos produzidos pela Bioética. Grande parte daquilo que se pensa, sobre o tema, procura estabelecer um conjunto de premissas ou conhecimentos que possam contribuir para o “julgamento” e “deliberação” em momentos decisivos, com enfoque na prática clínica. Muita tinta se verteu neste sentido, pois reconhece-se que há – nestes dois conceitos – algo de essencial no horizonte do “cuidado”, que tem como objeto de suas práticas: famílias, pacientes ou até mesmo comunidades inteiras. Buscando aprimorar este complexo processo de *julgamento e decisão*, escolas de formação nas áreas de saúde procuram estabelecer debates e reflexões sobre esta dimensão específica, no cotidiano da prática clínica. A estratégia hegemônica é apresentar situações clínicas fictícias e, com base nelas, fomentar a reflexão “discriminatória e decisória” dos estudantes. Todas as considerações sobre os aspectos éticos, que ali se julgam manifestar, são então “validadas e incrementadas” com o arcabouço teórico produzido na história do pensamento e, por conseguinte, ícones do pensamento moral como Aristóteles, Kant e Bentham, só para citar alguns, ganham destaque nas salas de aula. De um modo geral, pode-se dizer que a estratégia é estimular uma espécie de julgamento “racional” e “moral” na prática dos profissionais de saúde.

Fato é que a chamada *tomada de decisão*, na prática clínica, é entendida como um aspecto de suma importância para todos os profissionais envolvidos no cuidado da saúde. De nosso interesse, nesse complexo emaranhado de questões, é o sentido hegemônico com o que o termo “decisão” é apropriado no interior do campo da Bioética. É indiscutível que há *tomada de decisão*, implícita na totalidade de atos e fatos do “ser” humano. Resta saber qual horizonte de entendimento de “decisão” estamos a falar. A “vida”, enquanto modo de ser do homem³ (*Dasein*), especialmente na cotidianidade ordinária e coletiva, estabeleceu inúmeras leis, normas, regras, procedimentos, instruções, orientações que a qualificam e, sobretudo, se propõem a reger *decisões* nas modalidades política, econômica, social, cultural etc., inclusive bioética. No entanto, mesmo este conjunto normativo não se manifesta senão como fruto de

³ “A vida é um peculiar modo-de-ser, mas essencialmente só acessível no *Dasein*.” (HEIDEGGER, 2012a, p. 161) “Vida [humana] deve ser entendida como um modo-de-ser pertencente ao ser-no-mundo. Modo-de-ser que só pode ser ontologicamente fixado numa orientação privativa no *Dasein*. O *Dasein* pode ser também considerado como puro viver. Para a investigação fisiológico-biológica ele se desloca, então, para o âmbito-de-ser que conhecemos como mundo-animal e mundo-vegetal. (2012a, p. 681)



uma “queda” (*Verfallen*) intrínseca do “ser” (*Sein*) no “aí” (*Da*). A “queda” (*Verfallen*) não deve compreendida como uma expressão negativa, mas tão somente como um modo de ser do *Dasein*. Imersos no ruído do “a-gente” (*das Man*), “nossas” *decisões* não passam de reflexos instantâneos, integralmente gerenciados por um conjunto formal ou não de cartilhas, muitas das vezes representados com fluxogramas e algoritmos. Embora na raiz de todas essas modalidades de qualificação e regência, o *Dasein* seja desde sempre a possibilidade de abertura à *situação*⁴, é este o arranjo que caracteriza o modo em que o *Dasein* é cotidianamente o seu “aí”, o qual é a abertura do *ser-no-mundo*. Assim, “esquecido” de sua possibilidade extrema, o *Dasein*, de pronto e no mais das vezes, é junto ao mundo da “ocupação” (*Besorgen*), sendo, por este motivo, cotidianamente “perdido” na publicidade de “a-gente” (*das Man*). No cotidiano, o *Dasein* deserta da possibilidade de *poder-ser-si-mesmo*, próprio, autêntico, decaindo (*Verfallen*) no “mundo”. Absorvido pelo “mundo” – ou ainda melhor: **tomado** pelo mundo – o *Dasein* experimenta cotidianamente seu determinismo mais violento, sujeito ao cálculo de uma existência puramente técnica. Para Heidegger, esse *não-ser* deve ser concebido como o imediato *modo-de-ser* em que no mais das vezes o *Dasein* se mantém (2012a, p. 493). Na unicidade de ser-em tomado pelo mundo, ser-em-o-mundo, já se evidencia o ser-resoluto que “aí-se-é”.

Em termos heideggerianos, no entanto, *resolução* ou *decisão* (resolução antecipatória; *vorlaufende Entschlossenheit*) é a possibilidade de uma coisa outra imperar. Para além do resultado de um “processo decisório” subjetivo-objetivo, a *decisão* já é “possibilidade cada vez factual” do projetar e determinar, onde nem projeto nem determinação são oriundos de um pensar calculativo. No horizonte de compreensão heideggeriana, na “verdadeira” (autêntica) *tomada de decisão*, contemplada na expressão resolução antecipatória (*vorlaufende Entschlossenheit*), o *Dasein*, enquanto situação, atende ao apelo do “ser”, que o convoca a ser o que ele já é: abertura (finita) temporal. Aceitando sua mortalidade, a *situação* desmancha o ego e a auto objetificação egoísta de um “eu”, que o impediu de ser aberto a suas possibilidades. É preciso minimizar, diz Zimmerman (1982, p. xxiii) os sobretons voluntarísticos presentes nesta concepção de “decisão” e autenticidade. Neste sentido, a “decisão” já é dada, tomada, seja pelo “deixar-ser” resolutivo, seja por eles (*das Man*), podendo ser assumida e, eventualmente, justificada, pela redução da abertura ao discurso calculativo dos “processos decisórios” de um

⁴ “A situação é o “aí” que se abre cada vez no ser-resoluto, o “aí”, como o que o ente existente é “aí”. A situação não é um quadro subsistente, no qual o *Dasein* sobrevém ou no qual ele também viria ele mesmo se alojar. Longe de ser um misto meramente subsistente de circunstâncias e acidentes que vêm-de-encontro, a situação só é pelo ser-resoluto e no ser-resoluto. Resoluto para o “aí” que o si-mesmo tem de ser existindo, abre-se cada vez para ele primeiramente o caráter-de-conjunção factual das circunstâncias.” (HEIDEGGER, 2012a, p. 819)



“eu” moderno. O parágrafo §60 de *Ser e Tempo* é intenso e extenso na exposição deste entendimento de *decisão* ou *resolução*. Porém, o que enveredamos neste artigo é, por uma trilha dentro do que Heidegger denomina a “Modernidade”, onde e como a única decisão possível foi velada pela ênfase em um “decididor”, um “sujeito-agente”, de “seus” atos e fatos, se fez presente e responsável pela insinuação e afirmação de “pseudo-decisões”.

A questão guarda uma relevância maior e também urgência. Provavelmente a ordenação e gerenciamento da “saúde pública” venha progressivamente estabelecer “processos decisórios” que possam ser tão racionalizados, enquanto *decisões* da vida, que até se vejam assimilados pela chamada “inteligência artificial”. Entretanto, em se tratando de “ser” humano é imprescindível não abandonar o “ser”⁵ pelo “humano”, ou seja, não considerar e valorizar o exclusivo exercício das faculdades (intelectivas, emocionais, corporais), no desconhecimento do “ser” *em que* humano se dá, *com que* humano se conhece, *de que* humano se é. Aqui comungamos com um aspecto fundamental da centralidade da “questão do sentido do ser”, no pensamento de Martin Heidegger.

Nosso percurso neste enxuto ensaio será, todavia, o de elencar, de modo muito conciso, um arcabouço teórico sobre a compreensão “tradicional” da noção de *decisão*. Isto é: de que maneira se veio a entender o sentido da “decisão”? Em qual horizonte de compreensão do real está fundado o entendimento de “decisão”? Podemos adiantar que se trata de uma apropriação inteiramente calcada nos fundamentos daquilo que Martin Heidegger denomina *metafísica* da Modernidade⁶, isto é, de uma interpretação do ente própria à determinadas eras e cujo sentido pleno, esperamos, seja esclarecido no desenvolvimento deste trabalho.

Vamos demonstrar, através de um sucinto levantamento bibliográfico e um conjunto de notas sobre o tema, que grande parte dos trabalhos desenvolvidos dentro do campo da Bioética parte de um entendimento específico do que significa “ser” humano. Tal entendimento contamina sobremaneira todos os sentidos possíveis de “decisão”, amputando suas possibilidades e reduzindo este conceito à um processo exclusivamente raciocinativo. Esta singela contribuição se faz possível na medida em que procura estabelecer os fundamentos da interpretação de “ser” humano que vigora no contexto da reflexão sobre a “tomada de decisão”

⁵ Falar do ser é uma arte difícil. Todos estamos no enredo dessa árdua fala. A vida é o drama do ser. [...] estamos na vida como que deslocados, isto é, não diretamente nela colocados. O saber que dela temos é indireto, recolhido em sucessivas experiências, conscientes algumas, a maioria inconscientes. A partir 'do que' vivemos, figuramos e representamos 'o que' é a vida. O discurso da vida é sempre oblíquo, nunca direto. Ela nos acena em cada experiência. Apenas um aceno de si própria: parece que a temos aí na experiência, logo, porém, nos apercebemos que jamais a temos. No dar-se ela se retrai. No retrair-se nos deixa na provocação do questionamento: o que é a vida? O “é” reenvia ao “ser”. A cada coisa se predica “é”, porque cada coisa é “ser”. (BUZZI, 1973, p. 20)

⁶ Aqui avançamos nossas referências ao pensamento de Heidegger não somente a *Ser e Tempo*, final da década de 1920, para o que se costuma denominar de sua “virada” (*Kehre*) absoluta em direção à “questão do ser”.



no campo da Bioética. Parafrazeando Peter Sloterdijk (2000, pp. 24-25), a questão sobre a essência do ser humano e, por conseguinte, da *tomada de decisão*, não pode entrar no rumo adequado até que nos afastemos da mais velha, obstinada e perniciosa das práticas da metafísica moderna, qual seja: definir o ser humano como *animal rationale*, mais uma idiossincrasia da latinização de antigos termos filosóficos gregos.

1 O HORIZONTE DE REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO DA TOMADA DE DECISÃO

Em seu ensaio *O tempo da imagem do mundo*, Heidegger nos brinda com uma colocação primorosa sobre os modelos de interpretação do ente e da verdade, que vigoraram na história da humanidade. Para Heidegger:

Na metafísica cumpre-se a meditação sobre a essência do ente e uma decisão sobre a essência da verdade. A metafísica funda uma era, na medida em que, através de uma determinada interpretação do ente e através de uma determinada concepção da verdade, lhe dá o fundamento da sua figura essencial. Este fundamento domina por completo todos os fenômenos que distinguem essa era. Em sentido contrário, o fundamento metafísico tem de se deixar reconhecer nestes fenômenos, para uma meditação suficiente sobre eles. A meditação é a coragem para tornar no que é mais questionável [*Fragwürdigste*] a verdade dos pressupostos próprios e o espaço dos objectivos próprios. (HEIDEGGER, 2002b, p. 99)

Primeiro, cabe esclarecer o leitor sobre o entendimento do que seja *metafísica* no pensamento heideggeriano, independente da disciplina filosófica de mesmo nome: “como destino da verdade dos entes, ou seja, da entidade já se pensa a ‘metafísica’ *como* um dar-se e acontecer que se apropria, de maneira ainda velada, mas decisiva, do esquecimento do ser” (HEIDEGGER, 2002a, p. 61). Cada momento da história ocidental se caracteriza, por conseguinte, por uma forma muito específica de entendimento da acepção de “verdade” e da determinação de “ente”, enquanto a totalidade do real (HEIDEGGER, 2002b, p. 97). A metafísica é assim uma “fatalidade única”, porque “como traço fundamental da história do Ocidente europeu, a humanidade vê-se fadada a assegurar-se no ente⁷” (HEIDEGGER, 2002a, p. 67). Como lembra Arcângelo Buzzi:

⁷ Ladière (1994, p. 17) diz: “[...] o que ele [Heidegger] chama de ente, em conformidade com toda tradição filosófica ocidental, é tudo aquilo que, de uma maneira ou de outra, pode servir de sujeito ao verbo “ser” na terceira pessoa do singular; por conseguinte, tudo aquilo que, a qualquer título, pode ingressar no campo da experiência, quer se trate de percepção, da imaginação, do sentimento, do pensamento especulativo, da experiência poética ou da experiência mítica.”



Dizer o que seja o ser sem aprisioná-lo num determinado modo de fala é o que pretende a filosofia. Isso significa que em geral não somos filósofos, porque sempre que pensamos e falamos, falamos e pensamos de "um ser" definido e particularizado [de um ente]. Nunca "do ser". Investigar o ser é se propor colher a existência no nível anterior aos seus modos de aparecer. ... investigar o "é", que está em tudo, antes de se inclinar para este ou aquele modo de existir. Aí estão a pedra, o edifício, o animal, o homem, as religiões, a arte, a ciência, a técnica. São realidades. Estamos em contacto com elas, sabemos o que são: damos-lhes nomes. Nosso conhecimento as atinge, porém, a partir de um determinado enfoque. (BUZZI, 1973, p. 21, entre colchetes é nosso)

Logo, a noção de *metafísica* empregada pelo pensador alemão tem pouco a ver com aquela de uma disciplina e tradição filosófica. A história do pensamento consagra a *metafísica* como a disciplina que procura compreender aquilo que está "além" (meta) do físico, ou seja, que transcende a natureza material das coisas, mas que para transcendê-la se apoia no "ente". No entanto, o significado que os gregos atribuíram ao "físico" não coincide com o sentido que hoje tem esta palavra. Na antiguidade clássica o termo designava a totalidade da realidade empírica corpórea, enquanto submetida à *physis* ou seja, ao brotar, desabrochar, e assim, em geral, ao *devenir*. Por conseguinte, denominava-se *metafísico* o que, por essência, é inexperienciável, imutável e, de algum modo, espiritual.

Em Heidegger, no entanto, *metafísica* é um modo de interpretar o ente, caracterizá-lo. Conforme Eudoro de Souza (2004, p. 28) nos explica: "a uma forma do ser humano, a uma forma do ser homem, ou do ser do homem, a qualquer de formas tais, corresponde uma forma do ser mundano, uma forma de ser mundo, uma forma de ser do mundo. Homem e mundo são inseparáveis parceiros do mesmo jogo". Fato é que a *metafísica* tem data de nascimento. Com a fundação da Academia, de Platão, em 387 a.C., se instaura, ainda que de modo muito preliminar, uma *ordem da racionalidade*. O pensamento começa a obedecer a exigência de princípios que, doravante, devem substituir lendas e mitos – de Hesíodo e Píndaro – bem como o que se consagrou na tradição como "devaneios" abstratos dos pensadores originários. É desde Platão que o mundo passa a ser apreendido à luz da razão (*logos*⁸), ou seja, desde de uma perspectiva ainda divina, dada então a natureza do *logos*, mas já capaz de uma leitura raciocinativa da realidade. Um possível deslize, portanto, de perspectiva se insinua em seus

⁸ "É de *legein* que depreendemos o que é o *logos*. [...] Quem poderia negar que, desde cedo na língua dos gregos, *legein* significa falar, dizer, contar? Todavia, igualmente cedo e de modo ainda mais originário e por isso mesmo sempre, portanto, no significado de dizer e falar já mencionado, *legein* diz o mesmo que a palavra alemã *legen*, a saber: de-por, no sentido de estender e prostrar, pro-por, no sentido de adiantar e apresentar. Em *legen* vive colher, recolher, escolher, o latim *legere*, no sentido de apanhar e juntar. *Legein* diz propriamente um de-por e pro-por que recolhe a si e o outro." (HEIDEGGER, 2002a, p. 184)



sucessores. Nietzsche (1992, p. 93) tem razão quando escreve sobre este deslize: “[...] uma profunda representação delirante, que pela primeira vez veio ao mundo na pessoa de Sócrates – aquela crença inabalável de que, seguindo o fio condutor da causalidade, o pensar alcança até os abismos mais profundos do ser, e que o pensar é capaz não somente de conhecer o ser, mas até de corrigi-lo.”.

Desde os mitos nas sociedades primitivas, a filosofia na antiguidade clássica, a teologia na Idade Média até a ciência na Modernidade, o que se percebe, são as diferentes formas “discursivas” que se discorrem para lidar com tudo aquilo que perfaz o “ser” humano. No entanto, é no horizonte da filosofia clássica que o discurso sobre o “ser” dá lugar ao *logos* demonstrativo (*apophantikos*), isto é, um discurso sobre o ente. Nos mitos e, depois, entre os pensadores originários, existia ainda um esforço de guardar a abertura do pensar (*logos*) ao “ser”. Como Arcângelo Buzzi bem colocou:

Há em todos os seres que aí estão uma profundidade nomeada com a minúscula palavra "é". Os seres, todos eles, pedra ou árvore, animal ou homem, estrela ou formiga, simplesmente "são". Embora se apresentem diferentes, parece que sua diferença se constitui a partir de uma identidade inominável. A esse inominável damos o nome de ser: o homem "é", a planta "é", a estrela "é". Aparecem porque "são". Aparecem deste ou daquele modo, diferentes uns dos outros, porque estão no envio, na causação do ser. Dizer o ser naquela profundidade é hoje difícil. A modernidade está habituada a só considerar o ser no seu aspecto de uso, enquanto o ser se instrumentaliza para um fim. Dizer o ser antes de seu uso, antes de toda utilidade que dele possamos fazer, é dizê-lo na verdade. O ser é verdadeiro simplesmente porque é, antes de qualquer fim a que posso encaminhá-lo, antes de qualquer uso que dele faça. Ele aí está. Considerá-lo no seu estar-aí, sem finalizá-lo, é começar a filosofar. Foram os gregos que por primeiro verbalizaram tal experiência. (BUZZI, 1973, pp. 21-22)

Com Platão, no entanto, é possível entender que temos um deslocamento daquele viço originário, tão vívido no interior do discurso mitológico e ainda entre os pensadores originários. “O mágico perde a taumaturgia da palavra”, diz Carneiro Leão (2000, p. 146) e o “raciocínio dos conceitos substitui as visões proféticas dos mistérios. O império da lógica vai se alongando e começa a cobrir todos os espaços. Para ter algum valor real nada pode deixar de ser lógico [...]. A razão suprema é a única realização que tem tudo que é [...]. Existe lógica para tudo e tudo tem a sua lógica” (2000, p. 146).



2 O ENTE “HOMEM” NAS METAFÍSICAS

Desde então, diferentes *metafísicas*, cada qual com sua característica, consomem uma reflexão sobre a essência do ente e, portanto, uma decisão sobre a essência da verdade. Neste sentido, é preciso que o fundamento metafísico possa ser reconhecido nestas manifestações para que haja uma reflexão apropriada sobre elas. Se transpomos estas colocações à nossa questão-chave – a questão da “decisão” –, podemos agora inferir que o conceito de “decisão” se encontra soterrado pelas diversas camadas de interpretação do ente que se produziram na história do pensamento. Isso significa dizer que a questão da “tomada de decisão”, bem como a maneira como nos apropriamos deste conceito, obedecem a uma interpretação muito específica do que significa “ser” humano e totalidade dos entes. Logo, o ente “homem” está também submetido à *metafísica* de seu tempo. E qual interpretação de homem vigora na *metafísica* da Modernidade? Aquela herdeira de uma apropriação enganosa da expressão aristotélica *zoon logon echon*. Para Heidegger:

O primeiro humanismo, a saber, o romano, e todos os tipos de humanismo que, desde então até o presente, têm surgido, pressupõem como óbvia a "essência" mais universal do homem. O homem é tomado como animal rationale. Esta determinação não é apenas a tradução latina do *zoon logon echon*, mas uma interpretação metafísica. Essa determinação essencial do homem não é falsa. Mas ela é condicionada pela metafísica, cuja origem essencial e não apenas cujos limites tornaram-se, contudo, em Ser e Tempo, dignos de serem questionados. O digno de ser questionado foi primeiro confiado ao pensar como aquilo que ele deve pensar; mas de maneira alguma jogado ao consumo de uma inane compulsão de dúvida. (HEIDEGGER, 1979, p. 153)

Esta é, sem dúvida, uma das raízes mais fundamentais da construção da noção de *homem* cujo vórtice é a reapropriação do pensamento greco-romano pelo Renascimento. Anterior à tal interpretação, mas de alguma maneira complementando tal apropriação, está a concepção oriunda do universo bíblico, na qual entende-se o humano enquanto “criatura”, filho de Deus e dotado de pensamento, vontade, livre-arbítrio e “criado à imagem e semelhança de Deus” (Gên. I, 26). Segundo Haar:

[...] outra tradição, baseada no Gênesis, ensina que o homem foi criado à imagem de Deus. Ele não tem apenas uma natureza, mas uma relação essencial a algo sobrenatural, ou seja, “transcendência” no sentido teológico. “Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem [eikona] e semelhança [homoiosin].” O homem carrega em sua essência, como a marca distintiva do obrador em sua obra, a imagem ou analogia correspondente (homoiosis) do



Todo Poderoso e Invisível. A teologia cristã adiciona a ideia de transcendência, segundo a qual o homem é mais do que um ser dotado de entendimento, à animalidade razoável, que toma à tradição grega sem colocá-la em questão, pois o homem como ens creatum é um ser substancial e natural. Seguro na certeza da revelação, a teologia produz uma nova cisão conflituosa dentro da essência humana: entre o lado da natureza e graça, corpo e espírito onde ambos são mantidos em cativeiro pelo “mundano”, e o lado da alma chamado à “vida sobrenatural”. (HAAR, 1993, p. xxiv)

Fato é que desde o antigo pensamento grego prevalece a convicção sobre a essência do “humano” como o ser vivente possuidor de *logos*, o animal racional. Na esteira desta convicção do que significa ser “humano”, vimos a tradição filosófica se desdobrar num verdadeiro malabarismo retórico com o intuito de resolver os conflitos entre o corpo, espírito, sensibilidade e razão. Para Haar (1993, p. xxiii), mesmo Nietzsche, em sua consagrada inversão, acaba por meramente confirmar essa dupla identidade situando o corpo no nível primário como “grande razão” e reduzindo a alma a um nome para uma dimensão do corpo:

Desde Descartes, a metafísica também tem cada vez mais certeza do lugar central do homem como subjectum, como base firme subjacente a toda verdade. [...] A metafísica grega já havia construído uma antropologia, mas ligava a essência do homem à constituição do ser das entidades como um todo, de acordo com a fórmula aristotélica: *he psuche ta onta pos esti panta*, “em certo sentido, a alma são todas as entidades.” “Algo que o próprio homem é”, comenta Heidegger”, “e ainda que o ultrapasse e se estenda para além dele, em cada caso entra em jogo com o propósito de determinar entidades como tal, como um todo.” *Psyche* em Platão e Aristóteles, como o *logos* de Heráclito, pertence à essência “fonética” que move todas as coisas. A metafísica moderna da subjetividade, por outro lado, apresenta uma estrutura que é antropocêntrica ou antropomórfica. Ou o próprio homem está no centro, estabelecendo em virtude de seu julgamento as normas do verdadeiro, do bom e do belo, e comparando tudo diante do tribunal de sua representação com o propósito de examinar e fundar a legitimidade de sua apresentação. Ou então a essência do sujeito humano, a vontade – através da tripla implantação da vontade de conhecimento, do amor e do poder – torna-se a essência mais íntima das coisas, o ser das entidades. (HAAR, 1993, p. xxiii)

Para além da objeção heideggeriana desta representação mutilada da experiência humana, e mantendo o escopo deste trabalho, resta refletir sobre as repercussões desta interpretação do que significa ser “humano”, em específico, sobre aquilo que se consagra como “tomada de decisão”. Qual é o impacto da hegemônica representação do homem como animal *rationale* – na modernidade “apenas” um sujeito para seus objetos – sobre a noção de “decisão”? De pronto, podemos adiantar uma confrontação da filosofia heideggeriana com os fundamentos da antropologia humanística. Isso se dá porque existe no horizonte da analítica existencial do *ser-aí* (*Dasein*) uma recusa ao confinamento da essência do ser humano à uma



substância acrescida de certas propriedades. Heidegger traz à tona uma perspectiva da vida humana enquanto abertura e possibilidade. Mas como refletir precisamente sobre os desdobramentos do confinamento da perspectiva do homem como um corpo acrescido de uma propriedade, a razão?

As possibilidades de encaminhamento destas questões são muitas. Uma delas, a percepção de que, ao falar do sujeito “moderno”, estamos na verdade falando de duas instâncias que se complementam: um “isto”, submetido às inclinações do “mundo”; e um “eu”, este sim, racional, capaz de se sobrepôr ao primeiro através de um exercício de autonomia. Grande parte da história do pensamento se funda nesta dualidade improvável. Esta citação de Peter Sloterdijk é preciosa para nossa argumentação:

Se procuramos motivações mais profundas para este “erro” da humanidade histórica, uma delas é o fato de que os atores da metafísica moderna fizeram uma descrição equivocada da totalidade dos entes. Eles dividiram, como vimos, o que é subjetivo e objetivo e colocam a alma [razão], o que tem um eu, o humano, de um lado, e o cósmico, o mecânico, o não-humano, do outro. A aplicação prática desta distinção é o domínio. Se qualquer razão legítima pode ser dada para domínio e disposição sobre algo, é que, de acordo com esse esquema, a alma [razão] finge ter uma supremacia indiscutível sobre o não-psíquico, sobre o cósmico. (SLOTERDIJK, 2011, p. 142)

Mas e a “decisão”? Do que se trata? Na esteira desta percepção de “homem”, uma “decisão” seria então uma escolha orientada ora pelo aspecto racional do homem ora submetida às inclinações de sua experiência. Sendo a primeira aquela merecedora de um elogio, e cujos resultados são “virtuosos”, e até almejados; à segunda, cabe desprezo e censura. As antigas noções de *sujeito* entre gregos e medievais, *hypokeimenon* e *subjectum* respectivamente, que ainda guardavam alguma natureza de “impessoalidade” deram lugar, na Modernidade, a uma interpretação do “ser” humano como indivíduo, como “agente” racional e autônomo. Para Heidegger (2002b, p. 111) isso significa então que “o homem se torna naquele ente no qual todo o ente, no modo do seu ser e da sua verdade, se funda. O homem torna-se centro de referência do ente enquanto tal.”⁹ Neste sentido, pode-se dizer que a essência da noção de “decisão”, na Modernidade, é baseada no ato da vontade do homem, que se coloca a si mesmo,

⁹ Aqui cabe apenas uma ressalva apenas, para não nos distanciarmos do tema do texto. Como afirma Heidegger (2014, p. 549), já no pensamento grego se prenunciava aparentemente certa referencialidade ao humano no tocando à totalidade do “sendo”: “Se nos lembrarmos mesmo ainda de que, já na filosofia grega anterior a Platão, um pensador, a saber, Protágoras, ensinou que o homem seria a medida de todas as coisas, então toda metafísica, e não apenas a metafísica moderna, parece de fato ser construída em função do papel normativo do homem no interior do ente na totalidade. [...] No entanto, isso não nos dá de maneira alguma o direito de também tomar o homem agora pela medida de todas as coisas, de distingui-lo como o ponto central de todo ente e de colocá-lo como o senhor de todas as coisas.”

de modo voluntarista, e, somente a si mesmo.

A bem da verdade, não é exagero dizer que este horizonte de compreensão sobre a questão da tomada de decisão, no campo da Bioética, é radicalmente hegemônico. O mesmo se repete no conhecimento vulgar ou na própria história do pensamento quando se tematiza a questão “*o que é o homem?*”. De maneira muito reduzida, esta posição se assenta na ideia de que caberia aos profissionais da saúde a responsabilidade de refletir sobre suas escolhas, de modo que suas decisões sejam “as mais acertadas e as melhores para seus pacientes – do ponto de vista desses últimos –, considerando não somente a relevância técnica, científica, mas igualmente a pertinência ética” (LIMA, REGO e SIQUEIRA-BATISTA, p. 32). No campo da saúde, é lugar comum o discurso sobre a necessidade de se criar “condições para o alvorecer da genuína autonomia e para o seu efetivo exercício”, afinal é ética é um “saber para atuar como agente racional autônomo, ou seja, como humano... Eis o caminho para se discutir a humanização” (REGO, GOMES E SIQUEIRA-BATISTA, p. 485).

Logo, no horizonte das aplicações éticas modernas, fica clara a possibilidade, quiçá uma necessidade, de uma sobreposição disto que se consagrou como “razão”, mas que de fato é apenas “raciocínio”, cálculo, sobre as inclinações, paixões¹⁰. A “decisão” do homem moderno, renascentista, portanto, deriva de um improvável entendimento do conceito de “vontade”. Trata-se de uma espécie de “dominação” da instância “raciocinativa” sobre todo o “resto”, imposição de uma parte sobre outra, ambas supostamente compondo esta substância¹¹ chamada “*animal rationale*”. Segundo Heidegger:

Nesse âmbito se inclui a ἀρετή [arete] pensada de modo romano, como virtus, em italiano virtu, de onde a palavra “virtuosidade”. A “decisão” no sentido moderno é a ordenação fixada da vontade em si mesma e pertence, metafisicamente, ao contexto da vontade de vontade, cuja forma mais próxima se mostra como vontade de poder. A decisão, no sentido moderno, não está fundada, metafisicamente, na ἀλήθεια [aletheia], mas na autocerzeza do

¹⁰ Espinosa (2009, p. 273) faz uma reflexão interessante sobre o tema: “Os filósofos concebem os afetos com que nos debatemos como vícios em que os homens incorrem por culpa própria. Por esse motivo, costumam rir-se deles, chorá-los, censurá-los ou (os que querem parecer os mais santos) detestá-los. Creem, assim, fazer uma coisa divina e atingir o cume da sabedoria quando aprendem a louvar de múltiplos modos uma natureza humana que não existe em parte alguma e a fustigar com sentenças aquela que realmente existe. Com efeito, concebem os homens não como são, mas como gostariam que eles fossem. De onde resulta que, as mais das vezes, tenham escrito sátira em vez de ética [...]”.

¹¹ Segundo Macdowell (1993, p. 162): “[...] se a interpretação do ente intramundano em vez de partir do fenômeno originário do lidar cotidiano, tal qual ele se manifesta no plano pré-predicativo, toma o próprio conhecer, como fio condutor, ela passa forçosamente por cima do fenômeno existencial do mundo e, por conseguinte, não percebe a própria estrutura do ser-no-mundo. O ser do ente é compreendido então como estar aí à vista. O homem, como o ente que conhece, se entende correspondentemente como eu substancial, sujeito de diferentes atos, pelos quais se refere de quando em quando ao ente que se lhe objeta. A interpretação ontológica do homem parte, assim, não do seu ser próprio, mas sim do ente intramundano como estante”.



homem como sujeito, isto é, na subjetividade. A decisão concebida de maneira moderna é o querer do que é querido em seu próprio querer; nesse querer ela é arrebatada pelo querer. “Ser arrebatado”, em latim, é fanatice. A característica distintiva da decisão moderna é “o fanático”. (HEIDEGGER, 2008, p. 113)

A noção de “autonomia” é verdadeira pedra angular para uma aproximação ainda mais contundente da noção de *decisão* que vemos operar no horizonte da reflexão bioética. Vigora, de maneira praticamente absoluta, um entendimento cartesiano de *autonomia*, aquela que doa ao “humano”, tal sujeito, o poder de *decisão*, no esquecimento e abandono do “ser”, do “ser-resoluto” do qual o “humano” e “mundo” já são *decisão*, enquanto “ser-em-o-mundo”. Não é “fulano” que decide, “fulano” já é *decisão* em si.

O termo “autonomia”, fruto da conjunção das palavras gregas *auto* e *nomos* foi radicalmente desfigurado de seu sentido mais profundo por uma agenda interpretativa da Modernidade. Para Bornheim (1992, p. 247), é com “Descartes que o homem passa a ser senhor do objeto”. Esta percepção é complementada por uma nova acepção da liberdade, fundada sobretudo numa superação das interpretações antigas da liberdade, a grega e a medieval. Segundo Bornheim, Descartes consegue restringir a liberdade ao livre arbítrio, isto é, “não se trata mais de vencer o jugo dos tiranos e manter a plenitude da condição grega de cidadão, nem de dominar essa outra tirania, a da carne na acepção paulina, e sim de afirmar que o homem, pelo livre arbítrio, promove-se à condição de senhor – senhor de sua escolha” (1992, p. 247). A subjetividade, é entendida como a ideia de que existe alguma “coisa” (*res cogitans*) que é tanto proprietária de certos estados mentais quanto *agente* de certas atividades. O “agenciamento” do agir se estabelece de maneira radical. Cabe ao ser “humano” o auto legiferar desde uma vontade racional e toda ação pode estar sob o jugo das deliberações de um sujeito-agente, racional. Heidegger escrutina esta transição fundamental:

O homem é o fundamento insigne que se encontra na base de toda representação do ente e de sua verdade, o fundamento sobre o qual todo representar e seu re-presentado são e precisam ser posicionados, caso devam ter uma estabilidade e uma consistência. O homem é *subiectum* nesse sentido insigne. O nome e o conceito de “sujeito” passam agora para a nova significação e se transformam no nome próprio e no termo essencial para o homem. Isso significa: todos os entes não humanos transformam-se em objeto para este sujeito. A partir de então, *subiectum* não é mais considerado como o nome e o conceito para os animais, as plantas e as pedras.

A entidade possui agora o sentido de re-presentidade do sujeito que representa. Isso não significa de maneira alguma que o ente seria uma “mera representação” e que essa representação seria uma ocorrência na “consciência” humana, de modo que todo ente evaporaria na construção nebulosa de simples pensamentos. Tal como Kant mais tarde, Descartes nunca



duvidou de que o ente, enquanto algo que é constatado em si e a partir de si em seu sendo, seria real. No entanto, a pergunta persiste: o que significa nesse caso ser e como o ente precisa ser alcançado e assegurado pelo homem enquanto aquele que se tornou sujeito? (HEIDEGGER, 2014, p. 576)

Logo, seguindo os passos de Heidegger (*ibid.*), tudo que se manifesta no interior da experiência humana é “re-presentidade”, devidamente assegurada por uma re-presentação calculadora de um “eu” suposto pela metafísica moderna. Esta re-presentidade é o instrumento por meio da qual são assegurados ao “humano” o seu modo de proceder em meio ao ente: seu escrutínio, sua conquista, seu assenhoreamento bem como a colocação do ente à “sua” disposição. Nietzsche, sempre genial, já alertava para essa profunda representação ilusória. Uma fé, dizia o alemão. A crença inabalável de que o “eu” é capaz de pensar e atingir os abismos mais profundos do ser, não somente conhecendo suas estruturas mais essenciais, mas inclusive “corrigindo” suas manifestações. Uma sublime ilusão metafísica, sem dúvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio se esforçou, tanto quanto possível, para refletir sobre rudimentos da desfigurada interpretação do “ser” humano como fundamento insigne que se encontra na base de toda re-presentação do ente e de sua verdade. Procuramos explicitar de que maneira o ser “humano”, “sujeito-agente”, autônomo, da metafísica moderna é, nesse sentido, uma substância clivada, dividida. Esta “nova” significação do “ser” humano, como ser “humano”, “sujeito-raciocinativo” (nome próprio e termo essencial para o humano) transforma tudo mais em objeto. Este “enquadramento” do “ser” humano realçou de maneira radical a primazia do sujeito diante do objeto sobretudo porque desta constatação emerge um “sujeito raciocinativo”, ilusoriamente único capaz de poder apreender o “todo”, lhe atribuindo uma “ordem”, uma “ordenação” raciocinativa, calculativa, que lhe faculta a possibilidade de se discutir sobre uma interpretação específica das noções de *escolha* e *tomada de decisão* e de que maneira esta compreensão amputada da experiência humana é decisiva para nossas formas de vida. Na esteira deste entendimento, “agimos”, “decidimos”, “escolhemos” como efeito ora de inclinações ora do “raciocínio” e, neste sentido, tudo aquilo que fazemos é suscetível de um elogio ou de uma censura, precisamente pois pertencem à um “homem” capaz de se auto legislar, autogovernar.

É importante esclarecer ao leitor sobre a dificuldade de se empreender uma reflexão



Recebido em: 03/08/2020

Aprovado em: 20/10/2020

Publicado em: 20/12/2020

sobre um tema desta envergadura no enxuto espaço de um artigo. Diante da vastidão de possibilidades, nos coube apenas reunir um conjunto de notas com o propósito de encaminhar a meditação, servindo no mais das vezes tão somente como um convite ao pensamento. Contra a tradicional clivagem do “humano”, incapaz de conceber a singularidade e exceção do “ser” humano, da “pessoalidade”, de maneira suficientemente elevada, fica exposta, de maneira subliminar, a possibilidade de se conceber uma outra perspectiva para o “ser” humano e, por conseguinte, de “decisão”, enquanto “abertura”, sem nenhum relacionamento especial com as modernas apropriações da noção de ser “humano” e “eu”, na esteira da contribuição de Heidegger e sua analítica do *ser-aí* (*Dasein*), capaz de um encaminhamento radicalmente inovador e admirável para esta questão deveras importante para a reflexão ética e, por conseguinte, para o campo da Bioética.



REFERÊNCIAS

- BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- BUZZI, A. *Introdução ao pensar*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- ESPINOSA, Baruch. *Tratado Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HAAR, Michel. *Heidegger and the essence of man*. Albany: State University of New York Press, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. *Ensaios e conferências*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- HEIDEGGER, Martin. *Caminhos de Floresta*. Coordenação da tradução Irene Borges-Duarte. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002b.
- HEIDEGGER, Martin. *Parmênides*. Trad. Sérgio Mário Wrublewski. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Trad. Fausto Castilho. Campinas: Editora UNICAMP, 2012a.
- HEIDEGGER, Martin. *A Essência da Liberdade Humana*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Via Verita, 2012b.
- HEIDEGGER, Martin. *Nietzsche*. Volume único. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- LADEIRA, Talita Leite; SILVA JUNIOR, Aluísio Gomes da; KOIFMAN, Lilian. Fundamentos éticos na tomada de decisão de discentes de fisioterapia. *Interface*, Botucatu, v. 21, n. 62, p. 675-685, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832017000300675&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0273>.
- LADRIÈRE, J. *Ética e Pensamento Científico: a abordagem filosófica do problema bioético*. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1994.
- LIMA, Maria de Lourdes Feitosa; REGO, Sérgio Tavares de Almeida; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. Processo de tomada de decisão nos cuidados de fim de vida. *Rev. Bioét.*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 31-39, abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198380422015000100031&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015231043>.
- RIBEIRO, Carlos Dimas Martins; REGO, Sergio. Bioética clínica: contribuições para a tomada de decisões em unidades de terapia intensiva neonatais. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2239-2246, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232008000900028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000900028>.
- SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; SCHRAMM, Fermin Roland. A eutanásia e os paradoxos da autonomia. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 207-221, Feb. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232008000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000100025>.
- SLOTERDIJK, Peter. *Sin Salvación – tras las huellas de Heidegger*. Madrid: Akal, 2011.